



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

19ª Edição – Brasília, 30/7/2020

Mudanças no tabuleiro I Movimentações partidárias e os seus impactos políticos



O anúncio da formação de um novo bloco parlamentar de Centro, liderado por DEM, MDB e PSDB, deve movimentar sobremaneira o cenário político nacional nas próximas semanas e meses, inclusive com possíveis reflexos na eleição do próximo presidente da Câmara, no início de 2021. As tratativas sobre a unificação da reforma tributária, o possível retorno das atividades das comissões permanentes e as novas mudanças na equipe econômica de Paulo Guedes também foram destaques da agenda política e devem ser observados com atenção. Como esses fatores podem influenciar a agenda de prioridades do cooperativismo? Confira a seguir.

Um novo Centrão? Nesta segunda-feira (27/7), um importante capítulo para a escolha do novo presidente da Câmara foi dado com o rompimento formal do MDB e do DEM com o bloco do Centrão. Os partidos buscam a aproximação com outras legendas independentes, como o PSDB, o Podemos e o Cidadania, para a formação de uma bancada com mais de 100 parlamentares, capaz de fazer frente aos deputados Arthur Lira (PP) e Marcos Pereira (Republicanos), fortes aliados do governo Bolsonaro e pré-candidatos à Presidência da Casa pelos partidos de Centro. Em movimento análogo, o presidente do PSL, Luciano Bivar, anunciou a intenção de instituir um novo bloco formado com parlamentares do PTB, Pros, PSC e Solidariedade, este formado por pouco mais de 70 deputados. Enquanto que o bloco DEM-MDB-PSDB indica uma ameaça real ao plano do governo de assumir o controle da Câmara, o bloco bivarista busca poder de barganha para apoio junto ao governo.

Disputa acirrada e aberta. Apenas como um exercício imaginativo de como esse movimento de separação do Centrão pode interferir na votação à Presidência da Câmara, fizemos uma simulação de como seria a votação hoje havendo dois candidatos, um oriundo da nova composição do Centrão e com apoio de Bolsonaro e outro com apoio do novo bloco do DEM-MDB-PSDB, com apoio de Rodrigo Maia. No atual momento, o bloco formado pelo PSL bivarista, PTV e outros partidos seria o grande fiel da balança da disputa.

Bloco Partidário	Tendência de Votos	N	%
Candidato do Centrão / Governista	Bloco PP, PL, PSD, Republicanos, outros (160) Bloco PSL bivarista, PTB e outros (72) Governo (PSL bolsonarista) (26) Novo (8)	266	51,9%
Candidato do DEM, MDB, PSDB	Bloco DEM, MDB, PSDB e outros (112) Bloco PT, Psol e PCdoB (71) Bloco PSB, PDT e Rede (60) PV (4)	247	48,1%

Elaborado por Gerin/OCB

Outro fator que pode mudar totalmente os rumos da disputa diz respeito à possível candidatura de Aguinaldo Ribeiro (PP), com apoio de Rodrigo Maia. O deputado tem se caciado como líder da maioria e relator da Reforma Tributária na Câmara. Com efetivação da sua candidatura em substituição a Arthur Lira, o PP, terceiro partido com maior número de cadeiras na Casa, mudaria os eixos da eleição, dando uma vantagem confortável para o bloco de apoio do DEM-MDB-PSDB. Alguns nomes que correm por fora na disputa são Baleia Rossi (MDB), Fábio Ramalho (MDB) e Capitão Augusto (PL), dentre outros. Cabe lembrar que este é apenas um modelo prévio para visualizarmos a complexidade da disputa no cenário político atual, com a ressalva de que muitas movimentações partidárias e de contexto político serão efetivadas até a data da eleição.

O que muda na prática. O principal fator de relevância para a mudança na composição do Centrão neste momento diz respeito ao controle da agenda legislativa. Como vimos em edições anteriores do boletim, mesmo com a busca uma base consolidada, por meio da aproximação com os partidos de Centro nos últimos meses, inclusive com mais de 700 indicações partidárias para cargos no Executivo federal, o governo não conseguiu imprimir sua agenda de forma efetiva na pauta de decisões legislativas, como nos casos da PEC do Fundeb, do repasses de recursos emergenciais a Estados e Municípios e do Auxílio Emergencial, onde teve que ceder para as propostas do Congresso. Das 70 medidas provisórias encaminhadas pelo governo desde o início da pandemia, mais de 20 ainda necessitam ser votadas antes que percam a eficácia. Mesmo entre as medidas já votadas, em muitos casos, o governo precisou usar o poder de veto, causando desconforto com a sua própria base de parlamentares, como no caso dos vetos da desoneração e de dispositivos do novo Marco Legal do Saneamento Básico. Assim, a nova configuração do Centrão representa, em curto e médio prazo, a manutenção do protagonismo do Congresso Nacional na tomada de decisões legislativas sobre as principais políticas públicas governamentais. Indica, ainda, um aumento da pressão sobre o deputado Vitor Hugo, líder do governo na Câmara, e sobre o generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, hoje responsáveis pela articulação do Executivo com o Parlamento. Por outro lado, o cenário de risco de impeachment pouco é afetado, uma vez que este vai depender muito mais da popularidade presidencial, que voltou a crescer nos últimos meses.

PRINCIPAIS PERSPECTIVAS PARA A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA EM 2021

	Status atual	Perspectiva 2021 Rodrigo Maia	Perspectiva 2021 Bolsonaro
Presidência - CD	Rodrigo Maia	Aguinaldo Ribeiro (PP) ou Baleia Rossi (MDB)	Arthur Lira (PP) ou Marcos Pereira (Rep.)
Núcleo de decisões	Centrão	DEM, MDB e PSDB	PSL (bolsonarista), PP, PSD, PL e Republicanos
Controle da pauta	Congresso	Congresso	Governo
Apoio do Centro	Pautas liberais	Pautas liberais	Pautas liberais e de valores
Risco de impeachment	Muito baixo (apenas em caso de graves denúncias e queda de popularidade)	Muito baixo (apenas em caso de graves denúncias e queda de popularidade)	Praticamente nulo

Elaborado por Gerin/OCB



Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

19ª Edição – Brasília, 30/7/2020

E no Senado? Ainda pouco se houve nos bastidores a respeito da disputa pela Presidência do Senado Federal. Isso porque o atual presidente, senador Davi Alcolumbre, parece ainda buscar meios de se manter no cargo. Para tanto, seria necessária uma mudança na Constituição Federal para prever a reeleição no Senado, por meio de uma PEC, ou a partir de um parecer jurídico referendado pelo Supremo Tribunal Federal. No entanto, ambas as possibilidades possuem bastante dificuldade de terem viabilidade política. Outros senadores, como os emedebistas Eduardo Braga, líder da bancada; Eduardo Gomes, líder do governo; e Simone Tabet, presidente da Comissão de Justiça; aparecem como possíveis candidatos ao cargo.

Quando voltam as Comissões? A apresentação da primeira fase da proposta de Reforma Tributária do governo teve como consequência imediata o reinício das atividades da Comissão Especial que discute o tema. Porém, não se sabe se o mesmo acontecerá com as comissões permanentes da Câmara e do Senado. Há quem considere, nas lideranças partidárias, que seja difícil que as mesmas retornem até o final ano, mesmo que de forma remota. Isso se deve, principalmente, por dois motivos: pela pandemia, que implicaria um foco exclusivo dos parlamentares às medidas de combate à Covid-19; e por ocasião das eleições municipais de 2020, momento no qual deputados e senadores focam no fortalecimento de suas bases.

Implicações. Diferentemente da Câmara, onde as comissões permanentes sequer foram instaladas, no Senado Federal, a pressão pelo retorno das atividades das comissões tem sido muito grande. Isso se deve pelo fato de que os mandatos de presidente e vice-presidente das comissões do Senado têm vigência de dois anos. Assim, para os parlamentares que presidem uma comissão relevante, como no caso de Constituição e Justiça, que tem a senadora Simone Tebet coordenando as atividades desde 2019, a pandemia representou a perda de quase um ano à frente do órgão. Para a senadora, em especial, esse período teria bastante valor para alavancar sua candidatura à Presidência do Senado. Porém, o fator que chama mais a atenção tem a ver com a concentração ainda maior do poder decisório dos líderes partidários, com prerrogativas de controle das prioridades e dos posicionamentos em plenário. Isso se confirma se olharmos o número total de proposições que foram aprovadas de forma conclusiva pelas comissões da Câmara ou de forma terminativa, pelo Senado. Em 2019, por exemplo, esse número representou 79% do total de proposições aprovadas na Câmara.

Anos	Proposições aprovadas no Plenário da Câmara	Proposições aprovadas em caráter conclusivo - comissões da Câmara	% Comissões
2016	120	150	55,6%
2017	176	287	62%
2018	157	220	58,4%
2019	123	464	79%
2020	106	0	0
Total	682	1121	62,2%

[Link para números da semana e edições anteriores.](#)